



AZ
SROC, UNIPESSOAL LDA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras do Município de Santa Cruz da Graciosa, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2015, (que evidencia um total de 27.736.784 euros e um total de Fundos Próprios de 16.690.967 euros, incluindo um resultado líquido de 576.186 euros), a demonstração de resultados por naturezas e os mapas de execução orçamental (que evidenciam um total de 3.985.409 euros de despesa paga e um total de 3.868.860 euros de receita cobrada líquida), do exercício findo naquela data, e os correspondentes anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do executivo municipal a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município, o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Excepto quanto à limitação referida nos parágrafos 8.1 e 8.2, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
 - A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e da execução orçamental e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Câmara, utilizadas na sua preparação;
 - A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e



AZ SROC, UNIPESSOAL LDA

- A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do relatório e conta de gerência com os restantes documentos de prestação de contas.
- 6. Verificámos pelos mapas de execução orçamental que foram realizadas despesas de capital de 1912 milhares € (2.180 milhares € em 2013) correspondentes a 73,8% do orçamentado (54% em 2013) e despesas correntes de 2.570 milhares € (2.426 milhares € em 2013) correspondentes a 94,6% do orçamentado (87,7% em 2013). O executivo da autarquia detalha as razões desta execução orçamental no seu relatório de gestão.
- 7. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

- 8.1 Conforme notas ao balanço e à demonstração de resultados, a autarquia não regista o movimento das existências, não regista trabalhos para a própria entidade e não organizou a contabilidade analítica.

Opinião

- 9. Em nossa opinião, e exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas no parágrafo 8.1, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município de Santa Cruz da Graciosa, em 31 de Dezembro de 2015 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos e orçamentais do POCAL.

Relato sobre outros requisitos legais

- 10. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfases

- 11. Embora sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:



AZOTIMO
SROC, UNIPESSOAL, LDA

[Handwritten signatures in blue ink]

- 11.1 Conforme a nota ao balanço e demonstração de resultados, a autarquia não tem ainda implementada a contabilidade de custos.
- 11.2 As demonstrações financeiras do exercício de 2014, apresentadas para efeitos comparativos, foram auditadas por nós e apresentam a reserva 8.1, acima, que não foi alterada.

Lisboa, 7 de abril de 2016

[Handwritten signature in blue ink]



SROC, UNIPESSOAL, LDA

[Handwritten signatures in blue ink]

PARECER SOBRE AS CONTAS APRESENTADO PELO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Senhores Membros da Assembleia Municipal do Município de
SANTA CRUZ DA GRACIOSA

1. Nos termos da Lei 73/2013 de 3 de Setembro, cumpre-nos apresentar o Relatório sobre a actividade desenvolvida e dar Parecer sobre o Relatório de Gestão e documentos de prestação das contas e de execução orçamental, apresentados pelo órgão executivo, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.
2. Acompanhámos a actividade do Município ao longo do exercício de 2015 e procedemos às verificações contabilísticas e testes considerados necessários, lemos as actas da vereação e recebemos dos serviços todos os esclarecimentos solicitados.
3. Nos termos legais elaborámos o Relatório Anual sobre a fiscalização efectuada com data de 7 de abril de 2016, o qual deve ser considerado como fazendo parte integrante do presente relatório.
4. Emitimos ainda, a Certificação Legal das Contas com a mesma data, a qual conclui que:

9. *Em nossa opinião, e exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas no parágrafo 8.1, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município de Santa Cruz da Graciosa, em 31 de Dezembro de 2015 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos e orçamentais do POCAL.*

Lisboa, 7 de abril de 2016

[Handwritten signature in blue ink]



SROC, UNIPESSOAL LDA

[Handwritten signatures in blue ink]

RELATÓRIO DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DA GRACIOSA

Ano económico de 2015



1. INTRODUÇÃO E ÂMBITO DOS TRABALHOS

1.1 Procedemos à revisão das contas desse Município relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame efetuado emitimos a Certificação Legal das Contas com data 7 de abril de 2016.

1.2 O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, o seguinte:

- (1) Reuniões com responsáveis do Município e leitura das atas respetivas, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários.
- (2) Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pelo Município e que se encontram divulgadas nos Anexos.
- (3) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras orçamentais e patrimoniais com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte.
- (4) Análise do sistema de controlo interno, com vista a planeamento do âmbito e extensão dos procedimentos de revisão/auditoria, de imobilizado e imobilizado em curso, proveitos diferidos, caixa e bancos, acréscimos e diferimentos, custos e perdas e proveitos e ganhos e transferências concedidas e transferências recebidas, tendo sido efetuados os testes de controlo apropriados.
- (5) Realização dos testes substantivos seguintes que considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:
 - a) Confirmação dos saldos de contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, efetuando os procedimentos alternativos que considerámos necessários quando não obtivemos resposta direta de terceiros.
 - b) Análise e teste das reconciliações bancárias preparadas pelo Município e do mapa de empréstimos.
 - c) Análise das situações justificativas da constituição de provisões para redução de ativos, para passivos ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos.



- d) Análise e teste dos vários elementos de custos, proveitos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao critério de reconhecimento e seu balanceamento, diferimento e acréscimo.
- e) Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à Segurança Social.

2. EXAME AO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

No seguimento das verificações de controlo interno realizadas localmente entre 15 a 24 de fevereiro de 2016, vimos trazer ao vosso conhecimento as conclusões mais relevantes a que chegámos.

2.1 COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO e ENDIVIDAMENTO

Verificámos que os compromissos assumidos no exercício e referentes ao exercício por pagar ascendem a 43.807€ (42.167€ em 2014), pela diferença entre total dos compromissos do exercício e o total de despesa paga no exercício). Assumiram-se ainda compromissos para exercícios futuros de 245.672€ (265.002€ em 2014) com 208.240€ respeitante a despesas de capital e 37.431€ respeitantes a despesas correntes.

Verificámos ainda que em 31-12-2015 a autarquia tem uma capacidade de endividamento de 2.808 milhares de euros, mas de acordo com o artigo 52º nº. 3 b) da Lei 73/2013, o endividamento só pode aumentar em cada exercício 20% da margem disponível no início do ano.

O valor dos empréstimos de médio e longo prazo é de 1.292 mil € (1.680 mil € em 2014). O valor da amortização está referido na nota 6.3 ao Balanço e Demonstração de Resultados - 387 mil € - a que acresce juros no valor de 34 mil €, totalizando um serviço de dívida de 421 mil €.

2.2 PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO

Verificámos por amostragem os procedimentos de contratação abertos em 2015, notando o seguinte:

- As faturas da EDA não apresentam evidência de conferência. Volta-se a recomendar que se analise com este fornecedor as formas de acesso da autarquia aos contadores e às contagens, para que se confirmem os valores faturados.



- Na análise dos processos de contratação, sublinhamos que foram efetuados dois procedimentos para fornecimento de combustíveis, adjudicados a J.H. Ornelas Lda, sendo que um só procedimento com maior volume poderia ter permitido melhores condições.
- A adjudicação de 160 horas máquina à Retro Vitória, feita em 17 de dezembro, prefigura um pagamento adiantado.
- A declaração anexo I, do procedimento adjudicado Cenário Avançado faz referência à Lei 18/2003 quando deveria indicar a lei 19/2012.

2.3 TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS

Verificámos o seguinte:

- **Transferências correntes concedidas**

Da reclassificação do mapa 8.3.4.1.2 – Transferências Correntes concedidas – Disposições Legais e Finalidade, resulta o seguinte para os anos de 2015 e 2014.

TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	2015	2014	Evolução
Amigos Animais e Canil	8.400	9.000	-600
Apoio à Natalidade	11.200	10.500	700
Atribuição de Prémio de Mérito		600	-600
Bolsa de Estudo	22.059	30.981	-8.922
Brinquedos		1.847	-1.847
Competências	110.000	113.000	-3.000
Cultura e Recreio	125.325	118.553	6.772
Desporto	45.998	84.895	-38.898
Economia	1.220	10.320	-9.100
Festa Religiosa	175.185	164.335	10.850
IPRA_SS Estágios	71.113	16.131	54.983
Pedido de Reembolso de Passagem	4.154	2.814	1.340
Solidariedade Social	3.873	4.432	-559
Total Geral	578.527	567.408	11.119

O total das transferências aumentou ligeiramente em relação a 2014, pelo aumento do pagamento de segurança social dos estagiários. Mas diminuições em várias parcelas.



O valor das transferências para a PRODIB - Festas Religiosas - é o mais significativo com 150.000€, a que acrescem 10.000€ para "Deslocação de idosos dos Centros de Convívio à Ilha do Pico".

Esta apresentou uma lista de eventos promovidos e o valor dispendido com o Festival da Ilha Branca e com a Festa Taurina, sendo que a maior parte - cerca de 2/3 - é despendida na rubrica Festa Taurina.

A justificação das despesas da PRODIB deveria ter como suporte um centro de custos e proveitos na contabilidade da PRODIB. Na falta dele, o que se recomenda é que o relatório de atividades seja acompanhado de cópia das faturas pagas com a transferência dos fundos públicos.

Ainda transferências para outras entidades de 15 mil €, classificadas como Festas Religiosas.

Seguem-se as Juntas de Freguesia conforme os Protocolos de delegação de competências, com 27.500€ para cada.

- Transferências de Capital, sem despesa em 2015, tal como em 2014.

3. CONTABILIDADE ORÇAMENTAL E PATRIMONIAL

3.1 ORÇAMENTAL

Verificamos que a execução orçamental corrente tem um saldo positivo elevado, de 804 mil €, mas não suficiente para colmatar a diferença entre Receitas e Despesas de Capital, de 921 mil €, pelo que se utilizou parte do saldo de gerência anterior.

O quadro mostra o crescimento sustentado da receita corrente, superior ao da despesa corrente, com saldos correntes significativos. Mostra igualmente a volatilidade das receitas de capital - que diminuiu de 3 milhões em 2012



SROC, UNIPessoal LDA

A.ZÓZIMO, SROC, UNIPessoal LDA

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2012-2015	2012	2013	2014	2015
Receita Corrente	2.249.255	3.140.615	3.275.221	3.452.566
Reposições não abatidas	79	1.465	341	0
Despesa Corrente	2.411.048	2.426.564	2.570.689	2.647.739
Défice(-)/Superavit(+) corrente	-161.714	715.516	704.873	804.827
Receita Capital	3.082.140	1.507.243	1.482.436	416.294
Despesa Capital	3.006.738	2.180.598	1.912.382	1.337.670
Défice(-)/Superavit(+) Capital	75.402	-673.355	-429.946	-921.376
Défice(-)/Superavit(+) corrente e de capital	-86.312	42.161	274.927	-116.549
Saldo de gerência anterior	136.540	50.229	92.390	367.317
Saldo gerência acumulado	50.229	92.390	367.317	250.768

para 416 mil em 2015 - com forte componente de financiamento de projetos.

3.2 IMOBILIZADO

3.2.1 Mapa Ativo Bruto

Verificámos os aumentos e os saldos finais do mapa de ativo bruto, (financeiro, corpóreo, de domínio público). Verificou-se um aumento 1.050 mil € (em 2014 o aumento foi de 1.513 mil €, parte significativa com a Marginal Rochela-Lagoa, Bens de Domínio Público). Nestes 1.050 mil €, 242 mil €, respeitam ao Fundo de Apoio Municipal com contrapartida em dívida a pagar, 642 mil € a imobilizado corpóreo (domínio privado) e 181 mil € a aumento em bens de domínio público.

EVOLUÇÃO DO ATIVO BRUTO, 2013-2015, Euros e %

		2013	2014	2015	Em Valor 2015-2014	Em % 2015- 2014
41111	ART- Associação Regional de Turismo	15.000	15.000	15.000	0	0
4113	Empresas privadas ou cooperativas	21.663	21.663	21.663	0	0
4122	Fundo de Apoio Municipal	0	0	242.948	242.948	
42	Imobilizações corpóreas	14.192.913	14.533.457	15.161.031	627.574	4,3%
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	613.002	713.423	713.423	0	0
442030	Campo de Futebol de São Mateus	2.156	2.156	2.156	0	0,0%
445011	Rede Viária e Obras Complementares	925.756,15	0,70	0,00		
45	Bens de domínio público:	14.949.137	16.947.202	17.128.416	181.214	1%
	TOTAIS	30.719.627	32.232.902	33.284.637	1.051.736	3,3%

Por amostragem verificámos os suportes das aquisições de 2015, notando que o pagamento de valores contratuais de compra de terrenos para o Parque Industrial foram antecipados, por necessidade de registo predial.

Foram adquiridas três viaturas, num total de cerca de 71 mil €:

- Toyota Hilux 75-QB-13



- Toyota Dyna 05-QR-35
- Opel Astra 91-QR-40

Estas viaturas não estavam ainda registadas em nome da autarquia em fevereiro de 2016.

Em 2014, haviam sido adquiridas duas viaturas pesadas por 55 mil €.

A sobreavaliação dos proveitos diferidos referentes aos subsídios ao investimento registados na contabilidade mas não no sistema de inventário e cadastro – a que nos temos referido em relatórios anteriores – foi resolvida com lançamentos de 695 mil € na conta 59-Património e 29 mil € na conta de 7983 Proveitos Extraordinários.

A execução anual do Plano Plurianual de Investimentos foi de 67% (71% em 2014 e 51% em 2013) e a execução das Atividades mais relevantes de 96%. A soma de ambos, as Grandes Opções do Plano, foi realizada a 79% (78% em 2014 e 58% em 2013).

Continua a verificar-se a contabilização em imobilizado de um número muito significativo de despesas de pequeno valor, muitas delas referentes a manutenção e não a investimento. Apenas como exemplo, verificámos que em 2015 totalizam 205 mil € os 1 104 registos com valor inferior a 1.000€.

Nos casos em que respeitem a manutenção, esta contabilização sobrevaloriza as despesas de capital em detrimento das despesas correntes.

No POCAL a conta 42 Imobilizações Corpóreas, integra as benfeitorias e grandes reparações:

"42 «Imobilizações corpóreas». — Integra os imobilizados tangíveis, móveis ou imóveis (com excepção dos bens de domínio público), que a entidade utiliza na sua actividade operacional, que não se destinem a ser vendidos ou transformados, com carácter de permanência superior a um ano. Inclui igualmente as benfeitorias e as grandes reparações que sejam de acrescer ao custo daqueles imobilizados."

Os bens e objetos móveis devem continuar a ser inventariados, para salvaguarda dos ativos, mas amortizadas a 100%, no caso dos montantes mais pequenos: *"Em regra, são ainda totalmente amortizados no ano de aquisição ou de produção os bens sujeitos a depreciação, em mais de um ano económico, cujos valores unitários não ultrapassem 80% do índice 100 da escala salarial das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública, reportado ao ano de aquisição e arredondado para as unidades do euro inferior."*

3.2.2 Outros Assuntos referentes ao Ativo Bruto



Recomendamos que o mapa de imóveis sem moradas seja tratado no sentido de as obter.

Há a evidência de que parte significativa do Ativo Imobilizado do Município não está a ser coberta por seguro adequado, o que se volta a recomendar. A autarquia corre riscos que podem ser cobertos por valores ao seu alcance.

Não estão registados na Conservatória Predial 264 imóveis (terrenos e edifícios), mas 201 deles estão registados na matriz. Sem registo na matriz temos 66 imóveis (e apenas 3 destes estão na conservatória), dados do SIC para os registos de imóveis.

Recomenda-se que sejam efetuados os registos necessários.

3.3 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

A participação na empresa de transportes está registada ao valor de aquisição e não temos informação sobre a exploração em 2015. Em 2014, teve 2 mil € de resultado positivo (E um resultado negativo de 18 mil € em 2013).

3.4 BANCOS

Verificámos as reconciliações bancárias efectuadas pela contabilidade e os valores em trânsito, não tendo nada a assinalar.

Os empréstimos a médio e longo prazos foram confirmados pelas respostas dos bancos ao pedido de confirmação de saldo e pelos registos do Banco de Portugal.

3.5 ESTADO

A autarquia tem créditos de cerca de 55 mil €, por IVA a reembolsar pelo Estado, cujo pedido de reembolso não foi feito, o que voltamos a recomendar, sem o que este valor deve ser considerado perdido e abatido ao ativo.

A dívida ao Estado em dezembro de 2015 por retenções e encargos de segurança social, foram liquidadas em janeiro de 2016.



Não existe no Portal das Finanças registo de contra -ordenações ou dívidas fiscais.

No seguimento da Portaria 98-A/2015, artigo 8º, deve o Município proceder à comunicação anual das rendas por declaração eletrónica de dados.

Recomenda-se que as contas de IVA liquidado e IVA dedutível sejam separadas pelas taxas de IVA.

3.6 DÍVIDAS A TERCEIROS

O valor em dívida a terceiros é de 22 mil € sendo 15 mil as dívidas ao Estado pagas em janeiro.

O valor em dívida por empréstimos bancários é de 1.292 mil € (1680 mil € em 2014), amortização de 387 mil € e não foram contratados novos empréstimos.

3.7 DÍVIDAS DE TERCEIROS

As dívidas por fornecimentos de água e saneamento aos munícipes têm o valor de 54 mil € e a dívida por rendas não pagas- registadas pela 1ª vez - totalizam 33 mil €, não estando provisionado nem um nem outro valor.

3.8 PROVEITOS

Os proveitos registados pelo recebimento de transferências do Estado e Impostos foram confrontados com certidões de receita da DROAP e da Direcção de Serviços de Contabilidade do Ministério das Finanças, respetivamente:

71	VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	247.964
72	IMPOSTOS E TAXAS	582.337
	TRANSFERÊNCIAS	SUBSÍDIOS
74	OBTIDOS	2.815.456
78	PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	68.184
	PROVEITOS E GANHOS	
79	EXTRAORDINÁRIOS	481.893
	TOTAL RENDIMENTOS	4.195.833

Os totais das certidões e dos registos foram conciliados.



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'M', 'J', and 'V']

3.9 CUSTOS

62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	877.895
63	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	581.878
64	CUSTOS COM PESSOAL	1.121.925
65	OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS	10.968
66	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	933.291
68	CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	33.904
69	CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS	59.785
	TOTAL CUSTOS	3.619.646

- Os custos e despesas foram verificados por amostra de ordens de pagamento. Estão bem suportados e com a indicação de todo o processo de contabilização e justificação da aquisição da despesa.
- Verificámos os custos de pessoal e não temos nada assinalar.
- As amortizações do exercício são as esperadas.

4. Segurança Informática

Solicitámos e obtivemos do responsável técnico o relatório referente ao espaço e seguranças do sistema informático, recomendando maior formalismo no acesso aos gabinetes e ainda que a segurança da base de dados no Gabinete da Presidência seja feita fora do exercício ou em forte anti fogo.

Recomenda-se ainda que se avalie se os antivírus gratuitos, para uso doméstico, são os adequados para as necessidades da autarquia.

5. Aplicação de resultados

Verificámos a aplicação de resultados no seguimento da aprovação das contas de 2014 e da proposta de aplicação dos resultados do ano, no total de 235 mil €.

Os resultados de 2015 atingem 576 mil €.

[Handwritten signature in blue ink, possibly 'Ax']



No fim de 2015, o património da autarquia, conta 51, cobre 33% do ativo líquido, tal como em 2014, a comparar com a obrigação legal de cobertura de 20%.

6. Outras informações

Solicitámos e obtivemos a Declaração do executivo camarário, prevista nas Normas Técnicas.

Finalmente, cumpre-nos informar que apreciamos o relatório e conta de gerência, o qual satisfaz os requisitos legais, e que verificámos a conformidade da informação financeira nele constante com as demonstrações financeiras do exercício e os mapas da execução orçamental.

Lisboa, 7 de abril de 2016